



ACÓRDÃO Nº923/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11798/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Policlínica Governador Gilberto Mestrinho
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Glauria Tapajoz Said Honczaryk (Ordenador de Despesa), Adessandra Freires de Araujo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7923/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Governador Gilberto Mestrinho. Exercício de 2018.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da Sra. Adessandra Freires de Araujo, Diretora e Ordenadora de despesas da Policlínica Governador Gilberto, exercício 2018;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Policlínica Governador Gilberto, exercício 2018, de responsabilidade da Sra. Glauria Tapajoz Said Honczaryk, Diretora e Ordenadora de despesas;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr(a). Glauria Tapajoz Said Honczaryk no valor de 8.768,25, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo**



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº923/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Arquivar após o cumprimento das medidas acima, nos termos regimentais;

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Setembro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral